

CONHECIMENTO ESPECÍFICO - 30

01) Assinale a alternativa está de acordo com as disposições constitucionais:

- a) “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de cinco dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e nos demais preceitos constitucionais.”
- b) “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em três turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e nos demais preceitos constitucionais.”
- c) “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e nos demais preceitos constitucionais.”
- d) “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e nos demais preceitos constitucionais.”

02) A despesa pública no Brasil é realizada em consonância com o orçamento de determinado exercício. Uma vez que um dos princípios orçamentários é a anualidade, que determina a vigência do orçamento, para somente o exercício ao qual se refere, não sendo permitida a sua transferência para o exercício seguinte, conclui-se que a despesa orçamentária é executada pelo regime de competência, conforme Art. 35, II da Lei nº 4.320/64, que indica pertencer ao exercício financeiro somente as despesas nele legalmente empenhadas. O Art. 36. da referida Lei, considera Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. Assinale abaixo a alternativa correta com a descrição de restos a pagar não processados:

- a) São aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Nesta fase a despesa processou-se até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada realizada, faltando apenas à entrega dos recursos através do pagamento.
- b) São aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho fora emitido, porém o objeto adquirido ainda não foi entregue

e depende de algum fator para sua regular liquidação; do ponto de vista do Sistema Orçamentário de escrituração contábil, a despesa não está devidamente processada.

- c) São aqueles cujo empenho e ordem de pagamento estão devidamente escriturados na contabilidade pública, restando apenas a anuência do credor indicando a forma de pagamento que mais lhe favorece, sendo que todas as fases da execução da despesa foram executadas.
- d) São aqueles cujo empenho foi devidamente autorizado pela autoridade competente, liquidado, mas que não possui saldo financeiro para cumprir com as obrigações assumidas junto ao credor na data de 31 de dezembro, sendo que o mesmo será lançado em restos a pagar do próximo exercício.

03) Um dos principais princípios que regem as empresas privadas e administrações públicas é o da Continuidade, que pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. Assinale abaixo a alternativa que representa na Administração Pública o exemplo deste princípio:

- a) Lei Orçamentária Anual – Elaborada no exercício anterior, prevendo receitas e estimando receitas para o próximo exercício.
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – Elaborada no exercício anterior sendo base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- c) Lei do Plano Plurianual – Elaborada no primeiro ano do mandato, após cada eleição com vigência para os próximos três e mais um ano do mandato seguinte.
- d) Lei Ordinária Anual – Elaborada no ano anterior ao da Lei Orçamentária prevendo receitas e despesas para todos os anos do mandato atual, não superior a quatro anos.

04) Além das variações patrimoniais observadas através do conjunto que compõem o patrimônio das empresas Bens, Direitos e Obrigações, medidas pela aplicação da Equação Fundamental da Contabilidade: $PL = B + D - O$, existem os efeitos provocados pelas atividades praticadas pelas empresas ao longo de cada período (exercício fiscal). Atribuímos a estes efeitos o título de Resultado. O Resultado de um exercício é? Assinale a alternativa correta:

- a) apurado através do confronto entre os bens e direitos ou contas de resultado, gerando lucro quando as receitas forem superiores e prejuízos quando as despesas forem superiores.
- b) apurado através do confronto entre as contas analíticas e sintéticas ou contas de resultado, gerando lucro quando as receitas forem superiores e prejuízos quando as despesas forem superiores.
- c) apurado através do confronto entre a receita líquida auferida e despesa a empenhar ou contas de resultado, gerando lucro quando as

receitas forem superiores e prejuízos quando as despesas forem superiores.

- d) apurado através do confronto entre as receitas e despesas ou contas de resultado, gerando lucro quando as receitas forem superiores e prejuízos quando as despesas forem superiores.

05) De acordo com a Constituição Federal, no tocante a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir:

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder;
- II. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária;
- III. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma dissociada, sistema de controle interno com a finalidade de: 1 - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; 2 - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; 3 - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e 4 - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- IV. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária;
- V. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União;

Considerando V como Verdadeiro e F como Falsa, a sequência correta é:

- a) V-V-F-V-V
 b) F-F-F-F-V
 c) V-V-V-V-F
 d) V-V-F-F-F

06) O § Primeiro do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), diz que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os

dois seguintes. Assinale a alternativa errada que não está prevista no § Segundo do mesmo artigo:

- a) I - avaliação do cumprimento das metas relativas aos três anos anteriores ao da elaboração.
- b) II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- c) III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- d) IV - avaliação da situação financeira e atuarial.

07) A Lei de Responsabilidade Fiscal no Art. 5º diz que o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º; II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado; III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: Assinale a alternativa correta que apresenta a forma de utilização da reserva de contingência:

- a) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- b) atendimento de desvios contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- c) atendimento de passivos contingentes e outras despesas fiscais imprevistas.
- d) atendimento de possíveis ativos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

08) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. A partir do exercício de 2015, as administrações municipais, bem como a estadual e a federal, deverão preencher no site da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relatórios de gestão fiscal - RGF, balanço anual – BA e relatório resumido da execução orçamentária - RREO. Assinale abaixo a alternativa que apresenta o sistema no qual deverá ser preenchido os relatórios:

- a) SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação.
- b) SICONFI- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
- c) SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento

CÓPIA

Execução e Controle do Ministério da Educação.

- d) SISMOB - Sistema de Monitoramento de Obras do Ministério da Saúde.

09) É um serviço que possui caráter meramente informativo e facultativo, e apenas espelha registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, discriminadas na Instrução Normativa STN no 2, de 2 de fevereiro de 2012. É de responsabilidade de cada ente da administração pública providenciar as informações necessárias para sua atualização, assinale abaixo a alternativa que indica qual serviço estamos falando:

- a) Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).
 b) Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).
 c) Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC).
 d) Serviço de Atendimento e Satisfação do Cliente (SASC).

10) No tocante as modalidades de licitação estabelecidas pela Lei 8.666/93, analise as seguintes afirmações:

- I. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- II. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- III. É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.
- IV. Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.
- V. No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores limites das modalidades de licitação, quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número.

Estão corretas as alternativas:

- a) I, II e III;
 b) II, III e V;
 c) II, IV e V;

cópia

- d) Todas as alternativas.

11) Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Relatório de Gestão Fiscal, que será assinado pelo: Assinale a alternativa errada, que não representa um dos responsáveis pela assinatura do Relatório de Gestão Fiscal:

- a) Chefe do Poder Executivo;
 b) Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
 c) Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
 d) Chefe do Poder Judiciário, do Ministério Público, da União e dos Estados.

12) Segundo o § 2º do Art. 7º da Lei nº 8666/93 – Lei de Licitações, as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; e IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso. Também a referida legislação prevê quem não poderá participar do processo direta ou indiretamente, na forma do Art. 9º, assinale a alternativa que representa os casos de quem não poderá participar da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- a) I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
 b) I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 10% (dez por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
 c) I - o autor do projeto, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio,

responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 15% (quinze por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

- d) I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e III - dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

13) De competência exclusiva do Poder Executivo, deve ser elaborada em observância às orientações dadas na LDO e destacar os recursos do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos de todas as unidades gestoras e das empresas em que detenha a maioria do capital com direito a voto, não podendo dela constar, dispositivos estranhos à previsão da receita ou fixação da despesa, salvo autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito. (Artigo 165 da CF). Após aprovada pelo legislativo, torna-se um dos elementos fundamentais da administração pública. Assinale a alternativa correta:

- a) Lei Orgânica Municipal – LOM.
 b) Lei do Código Tributário Municipal – CTM.
 c) Lei Orçamentária Anual – LOA.
 d) Lei do Plano de Cargos e Salários de Servidores Efetivos – LPCSE.

14) Indique como é denominada a variação do valor contratual em razão de índice pré-estabelecido pela Administração no edital da licitação pública, servindo a recompor o preço contratado diante da variação normal e previsível do custo de produção de determinado bem:

- a) Reajuste.
 b) Repactuação.
 c) Revisão.
 d) Recomposição.

15) Segundo a Lei 4.320/64, em seu art. 53, a receita orçamentária passa por 4 fases, a fase de Lançamento é:

- a) A expectativa do Estado de quanto e quando se espera arrecadar pela pessoa do contribuinte.
 b) Recolhimento do produto arrecadado para o Banco Central.
 c) Recolhimento do produto arrecadado para a Bolsa de Valores.
 d) Ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

16) O Profissional da Contabilidade deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

- I. fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;
- II. abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;
- III. jamais apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios;
- IV. evitar desentendimentos com o colega a que vier a substituir no exercício profissional.

- a) I, II, III e IV estão corretas.
 b) Somente a I está incorreta.
 c) I e II estão corretas.
 d) I, III e IV estão incorretas.

CÓPIA

17) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar (Art. 63 da Lei 4.320/64):

- I. a origem e o objeto do que se deve pagar;
- II. a importância exata a pagar; (Medida Provisória nº 581, de 2012)
- III. a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- IV. os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- a) I e IV estão corretas.
 b) I, II e III estão corretas;
 c) III e IV estão corretas;
 d) Todas as alternativas estão corretas.

18) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil. Os mesmos foram editados pela Secretaria: Assinale a alternativa correta:

- a) da Receita Federal – SRF.
 b) das Relações Institucionais – SRI.
 c) do Ministério do Planejamento – SRPlan.
 d) do Tesouro Nacional – STN.

19) É uma reserva orçamentária para determinado gasto. Cria para o Estado uma obrigação de pagamento, mas que não é uma obrigação de natureza contábil. A obrigação criada não é absoluta, não é eficaz, não é líquida e certa. É uma obrigação do ponto de vista de caixa, tem a finalidade de diminuir o superávit financeiro para não inviabilizar o pagamento quando as condições forem totalmente realizadas. Visa, dentro de um bom planejamento, impedir obrigação sem disponibilidade de caixa. A obrigação registrada pela contabilidade representa a possibilidade de exigibilidade por parte de

terceiros. Assinale a alternativa que representa as definições acima:

- a) O Empenho;
- b) A Liquidação;
- c) A Ordem de Pagamento;
- d) O Seguro Garantia.

Cópia

20) O PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, tem a sua estrutura de contas composta por oito classes conforme modelo apresentado:

1.	Ativo
2.	Passivo e Patrimônio Líquido
3.	Variação
4.	Variação
5.	Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
6.	Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
7.	Controles Devedores.
8.	Controles Credores.

Analisando o plano de contas apresentado, assinale a alternativa que representa os grupos 3 e 4, nessas contas passam a ser registradas, respectivamente, as despesas efetivas e as receitas efetivas, ou seja, as despesas e receitas que efetivamente afetem a situação líquida patrimonial (fatos modificativos) e os decréscimos e acréscimos patrimoniais.:

- a) 3 – Variação Patrimonial Diminutiva e 4 - Variação Patrimonial Aumentativa.
- b) 3 – Variação Patrimonial Aumentativa e 4 - Variação Patrimonial Diminutiva.
- c) 3 – Variação Patrimonial Superavitária e 4 – Variação Patrimonial Deficitária.
- d) 3 – Variação Aumentativa e 4 – Variação Diminutiva.

21) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas abaixo:

- I. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- II. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Também serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- IV. Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão específica ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

São verdadeiras as alternativas:

- a) Todas as alternativas são verdadeiras;

- b) I – II – IV;
- c) II – III – IV;
- d) Somente a I e II.

22) A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 – Lei do Pregão, em seu Art. 6º, diz que o prazo de validade das propostas quando não fixados no edital, automaticamente será de: Assinale a alternativa correta:

- a) 55 dias.
- b) 60 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.

23) É um conjunto de aplicativos integrados, relacionados à atividade-fim do TCE/SC (Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina). O sistema recebe as informações sobre as contas públicas enviadas pelos agentes públicos e consolida os dados de gestão em remessas unificadas, emite relatórios automáticos de avaliação, analisa a gestão de cada município e do Estado, ampliando a publicidade das informações. Seu acesso, incluindo módulos Aposentadoria e Pensão, EcoNet, Web, Obras e Sala Virtual é restrito às unidades jurisdicionadas. Assinale a alternativa correta:

- a) Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge).
- b) Sistema de Fiscalização de Obras e Serviços (e-Sobras).
- c) Sistema de Controle Integral de Municípios e Entidades (e-Social).
- d) Sistema de Monitoramento de Atividades Municipais (e-Município).

24) O Art. 21 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de SC (TCE/SC - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA – RESOLUÇÃO N. TC-06/2001) julgará as contas irregulares quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- I. omissão no dever de prestar contas;
- II. prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- III. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado;
- IV. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

- a) I e II estão erradas.
- b) Somente a IV é correta.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) II e III estão erradas.

25) Também conhecida como Lei da Transparência, acrescentou dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assinale a alternativa correta:

- a) LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 28 DE MAIO

- DE 2010;
- b) LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 27 DE MAIO DE 2009;
- c) LEI COMPLEMENTAR Nº 130, DE 30 DE MAIO DE 2009,
- d) LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009;

26) É um instrumento de que dispõe a Administração Pública para buscar o ressarcimento de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e instaurado somente depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano. Tem como base a conduta do agente público que agiu em descumprimento à lei ou daquele que, agindo em nome de um ente público, deixou de atender ao interesse público. Essa conduta se dá pela não apresentação das contas (omissão no dever de prestar contas) ou pelo cometimento de irregularidades na gestão dos recursos públicos, causando o dano ao erário. Assinale a alternativa que representa a definição acima:

- a) Prestação de Contas em Atraso (PCA).
- b) Tomada de Contas Especial (TCE).
- c) Tomada Parcial de Contas de Administradores e Ente Públicos (TPCAE).
- d) Prestação de Contas Anuais de Administrador (PCAA).

27) Em se tratando de contratos administrativos, tanto a liquidação do empenho quanto o pagamento da despesa dependem do adimplemento prévio da obrigação pelo contratado, tanto que há possibilidade de atualização do valor devido pela Administração Pública contratante referente ao período entre a data do adimplemento da obrigação e do efetivo pagamento, conforme previsto no art. 40, XIV, e no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993. Assim, a realização da despesa nos contratos administrativos observa algumas etapas, assinale a alternativa que apresenta estas etapas:

- a) Empenho; Liquidação e Pagamento.
- b) Autorização de Fornecimento; Liquidação e Desembolso;
- c) Ordem de Pagamento; Liquidação e Transferência Bancária.
- d) Contrato; Autorização de Compra e Nota Fiscal.

28) A LIQUIDAÇÃO é o segundo estágio da despesa. Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (Lei 4320/64, Art. 63 § 1º). É condição essencial para que exista o pagamento de toda e qualquer despesa pública. A Liquidação da Despesa visa apurar algumas condições para sua execução, assinale a alternativa que apresenta as etapas de apuração antes da liquidação:

- a) a) a origem e o objeto do que se deve pagar; b) a importância exata a ser paga; e c) a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- b) a) a quantia e onde se deve pagar; b) a importância exata a ser paga; e c) a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- c) a) a ordem cronológica e o objeto do que se deve pagar; b) a importância exata a ser paga; e c) a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- d) a) a forma e o local que se deve pagar; b) a importância exata a ser paga; e c) a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

29) No que tange à transparência, controle e fiscalização prevista na Lei Complementar n. 101/2000, analise as afirmativas abaixo:

- () - As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.
- () - As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, as quais receberão parecer prévio, conjuntamente, do respectivo Tribunal de Contas.
- () - Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 95% (noventa e cinco por cento) do limite.
- () - Compete aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgãos.

Considerando V como Verdadeiro e F como Falso, assinale a sequência correta que corresponde às afirmativas acima:

- a) V – V – F – V
- b) F – V – V – V
- c) F – F – V – F
- d) V – F – F – V

Cópia

30) Na seguinte planilha do Excel abaixo, a inserção da função na célula B7:

=SOMARPRODUTO((B2:B5);(C2:C5);(D2:D5)) terá como retorno final o resultado apresentado na alternativa:

	A	B	C	D
1	Item	Chave	Valor Hora	Hora mês
2	Limpeza	4	R\$ 7,00	97
3	Segurança	6	R\$ 10,00	120
4	Suporte	8	R\$ 12,00	132
5	Publicidade	2	R\$ 9,00	117
6				
7	Total Global		B7	

- a) R\$ 18.350,00
- b) R\$ 31.175,00
- c) R\$ 16.820,00
- d) R\$ 24.694,00

31) Conforme determina o Regulamento do Simae, Decreto 1.874/98, julgue os itens indicando “V” para Verdadeiro e “F” para falso:

- () - Os sistemas de abastecimento de água e os serviços de esgoto dos loteamentos, serão construídos e custeados pelo órgão competente, o SIMAE.
- () - O Corpo de Bombeiros, poderá mesmo sem o consentimento do SIMAE, utilizar a água dos hidrantes para fins que julgar necessário.
- () - Consumidor Potencial é aquele que, embora não esteja ligado ao serviço de água e esgoto, tem a disposição em frente ao prédio respectivo.
- () - Caberá ao SIMAE, com a aquiescência da Prefeitura, decidir quanto a viabilidade de extensão das redes distribuidora e coletora, com base em critérios Técnicos, Econômicos e Sociais.

A sequência que preenche os espaços de forma correta é:

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – V – V.
- d) F – F – F – V.

cópia

32) Conforme estabelecido na LC nº 193/2010, o servidor em Estágio Probatório, para adquirir estabilidade, deverá receber seis avaliações, dentre elas a Sexta ao completar:

- a) trinta e quatro meses de exercício no cargo.
- b) vinte e quatro meses de exercício no cargo.
- c) dezenove meses de exercício no cargo.
- d) vinte e um meses de exercício no cargo.

33) Com fulcro na Lei Complementar nº 76/2003, são requisitos básicos para investidura no cargo público, exceto:

- a) Idade mínima de dezoito anos.
- b) Quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- c) O gozo dos direitos públicos.
- d) Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

34) A nomeação e a posse em função de aprovação em Concurso Público de acordo com a Lei Complementar 76/2003, ocorrerá:

- a) No prazo de quarenta e cinco dias contados da publicação do ato de convocação.
- b) No prazo de trinta dias contados da publicação do ato de convocação.
- c) No prazo de vinte e oito dias contados da publicação do ato de convocação.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

CONHECIMENTOS PORTUGUÊS - 08

O texto abaixo serve de base para as questões de nº35 a nº39.

A Relação Homem e Trabalho

O trabalho sempre foi para o ser humano muito importante sobre vários aspectos, sendo imprescindível para nossa subsistência.

Este texto trata sobre a força que a organização do trabalho muitas vezes exerce sobre o homem gerando uma ação específica, com um impacto sobre o aparelho psíquico.

Em diversas ocasiões, exerce um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, esperanças e desejos e uma organização do trabalho que as ignora.

Este sofrimento de natureza mental começa quando o homem no trabalho já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme as suas necessidades, quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

O trabalho é muitas vezes imposto de forma que o indivíduo não possa utilizar sua capacidade criativa, onde suas ideias não são consideradas, ou seja, onde potenciais do ser humano passam a ser atrofiados, executando seu trabalho de forma repetitiva e muitas vezes mal remunerado, convivendo com a ameaça de ser substituído, gerando assim um processo de alienação, insatisfação e desgosto, bem como uma porta de entrada para doenças e uma encruzilhada que se abre para o desequilíbrio mental ou as doenças somáticas.

Contra a insatisfação do trabalho, e seguido ainda do medo de perder o emprego, a pessoa elabora estratégias defensivas de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável.

Assim, disfarçando, mascarando ou driblando o sofrimento, o indivíduo vai criando uma desestruturação que repercute na saúde física e mental.

Quando a relação do homem com a organização do trabalho é favorável ao invés de ser conflituosa, é por que há um respeito e consideração pela pessoa do trabalhador, onde o trabalho por mais simples que seja é valorizado e onde as exigências se deem dentro do que é compatível às condições do ser humano, sendo incentivado a um crescimento pessoal e profissional. O trabalhador poderá assim, sentir satisfação na realização da tarefa, rende mais na execução de seu trabalho. O trabalho passa a ter uma função sublimatória, e o trabalhador sabe que não é uma mera máquina, que opera uma peça de uma grande engrenagem que desconhece.

Rosângela Martins -Psicóloga. Blog online.

35) Pode-se inferir, a partir da leitura do texto, que:

- a) O trabalho é sempre uma relação agradável ao homem.
- b) Quando a organização respeita o trabalhador, evita-se relação conflituosa.
- c) O trabalho sempre pode resultar em desequilíbrio mental ou doenças somáticas.
- d) Trabalho tende a ser sinônimo de sofrimento.

36) Identifique a alternativa cujas palavras recebem acento, respectivamente, pela mesma razão de: imprescindível, indivíduos, máquina:

- a) saúde, exigências, compatíveis.
- b) individual, subsistência, específica.
- c) identificável, estratégias, psíquico.
- d) favorável, atribuído, exigências.

37) “**Em diversas ocasiões, exerce um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, esperanças e desejos e uma organização do trabalho que as ignora.**” Analise as proposições quanto à análise sintática dos termos na frase e assinale a incorreta:

- a) *Em diversas ocasiões*- Adjunto adverbial.
- b) *...um sofrimento* - Objeto direto.
- c) *...,portadora de projetos,...* aposto.
- d) *... ao choque...* objeto indireto

38) “...quando o homem já não pode fazer modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais adequada a sua necessidade...”

Se a palavra **homem** estivesse no plural, quantas outras palavras precisariam ser alteradas para que a concordância estivesse correta?

- a) nove
- b) onze
- c) dez
- d) doze

CÓPIA

39) “O indivíduo vai criando uma desestruturação que repercute na saúde física e mental.”

Identifique a alternativa correta à transposição desta frase para voz passiva analítica:

- a) Que repercute na saúde física e mental, uma desestruturação é criada pelo indivíduo.
- b) O indivíduo cria uma desestruturação que repercute na saúde física e mental.
- c) Uma desestruturação que repercute na saúde física e mental vai sendo criada pelo indivíduo.
- d) Uma desestruturação do indivíduo vai sendo criada por se repercutir na saúde física e mental.

40) Assinale a alternativa em que a crase esteja empregada incorretamente:

- a) Depois do trabalho ele chegou à casa, no horário previsto.
- b) Com o pagamento, voltou à terra natal.
- c) Prefiro suco à água.
- d) Começo a trabalhar às 8h.

41) Identifique a alternativa em que a palavra em destaque não está de acordo com a comunicação pretendida (*ortografia e sentido das palavras*):

- a) O estudante foi pego em flagrante ao colar na prova.
- b) O deputado foi cassado.
- c) O réu foi descriminado.
- d) Preconceito é o ato de descriminar pessoas.

42) A colocação pronominal está de acordo com o que preconiza a norma culta em todas as alternativas, exceto em:

- a) O trabalho *lhe* traz dignidade.
- b) Todos sabem que *lhe* devem respeitar.
- c) Foi informado-*lhe* que os direitos seriam respeitados.
- d) O empregador concedeu-*lhe* todos os direitos previstos por lei.

43) Foram colhidos, na Fazenda Alva, 2550 sacas de soja. A produção deverá ser repartida entre os sócios Elmo, Marina e Tereza em partes diretamente proporcionais a 3:5:7, respectivamente. Qual a quantidade recebida por Marina?

- a) 1120 sacas
- b) 850 sacas
- c) 580 sacas
- d) 740 sacas

44) Dada a expressão $W = 32 \times (100)^0 - 1,4 \times 10^{-1}$, qual o valor de W?

- a) 3198,6
- b) 30,6
- c) 31,86
- d) 3199,86

45) Num museu de Ciências há dois passeios de visita que partem do mesmo lugar A. Os passeios começam às 9:00 horas da manhã. Para realizar o passeio para o museu dos animais a partida ocorre a cada 15 minutos. Para realizar o passeio para o museu da energia, a partida ocorre a cada 20 minutos. Com que frequência os passeios partem sempre ao mesmo tempo?

- a) A cada 15 minutos
- b) A cada 30 minutos.
- c) A cada 45 minutos.
- d) A cada 60 minutos.

46) As dimensões de uma chapa retangular de aço são de 120cm por 180cm. Esta chapa será utilizada para confeccionar peças quadradas. Qual o número mínimo de quadrados que poderemos obter desta chapa, sem que haja perdas ou sobras no recorte da chapa e considerando que todos os quadrados tenham as mesmas dimensões?

- a) 4 quadrados
- b) 6 quadrados
- c) 8 quadrados
- d) 12 quadrados

47) Dado o conjunto de números naturais $A = \{n, \text{ tal que } 3 \leq n \leq 6\}$ qual o total de números ímpares de quatro algarismos distintos que poderão ser formados com os números do conjunto A?

- a) 12
- b) 10
- c) 8
- d) 24

48) A loja de vestuários *Veste Bem* tinha em estoque X camisas para vender. Na primeira quinzena de maio a loja vendeu 25% das camisas. Na segunda quinzena de maio a loja vendeu 35% das camisas. No final, restaram 32 camisas. Quantas camisas foram vendidas em maio?

- a) 38
- b) 54
- c) 42
- d) 48

49) A largura de um campo de futebol retangular foi aumentada em 8% e seu comprimento foi diminuído em

15%, pode-se concluir que a área do campo diminuiu em:

- a) 7,6%
- b) 2,1%
- c) 12,2%
- d) 8,2%

50) Dadas as funções $f(x)=3x-5$ e $g(x)=x^2+3$, qual o valor de $f(g(-2))$?

- a) 124
- b) 34
- c) 13
- d) 16

cópia